



Líderes oposicionistas procuram uma fórmula de conciliação

19 Líderes querem negociar

As oposições decidiram, ontem, com a concordância do presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, propor a data de 15 de agosto para a votação do voto do presidente Fernando Collor à proposta de política salarial aprovada pelo Legislativo. A Comissão Mista encarregada de examinar o voto, com cinco dos seus seis integrantes indicados pelas oposições, apresentará seu relatório na próxima terça-feira, o que o colocará automaticamente em 48º lugar na pauta. As oposições querem o apoio dos partidos governistas, que, em julho, anteciparam num acordo em plenário seu apoio à proposta, para a inversão da pauta, viabilizando a votação do voto no dia 15. Hoje, as lideranças de todos os partidos se reúnem na Câmara para discutir a votação do voto e iniciar as negociações em torno da Medida Provisória 199, que concedeu o abono de Cr\$ 3 mil para quem ganha até Cr\$ 23 mil.

O deputado Arnaldo Faria de Sá, vice-líder do PRN, assegurou, ontem, que as bancadas governistas não farão o "jogo eleitoral" das oposições e vão tentar impedir a inversão de pauta para apressar a votação do voto à política salarial. O argumento de algumas lideranças governistas para não cumprir o acordo firmado em julho é de que o Governo, ao conceder o abono e aceitar negociações em torno da Medida Provisória 199, criou as condições para um entendimento e não para um confronto.

Querem negociar MP 199

Mesmo com a definição de dar prioridade à rejeição do voto, as oposições decidiram, também, ne-

gociar com o Governo um projeto de conversão em torno da MP 199 e já chegaram a um consenso em torno de suas propostas. São elas: 1) — Extensão do abono a aposentados e a pensionistas; 2) — Concessão do abono para quem ganha até dez salários mínimos; 3) — Pagamento do abono não apenas em agosto, mas também nos próximos meses; 4) — Fixação de regras de política salarial, com a indexação à inflação dos menores salários, por um período a ser negociado, mas que não seja inferior a seis meses.

Da reunião das oposições no gabinete da liderança do PMDB participaram os líderes do PSDB, deputado Euclides Scalco, do PT, deputado Gumercindo Milhomem, do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, e os vice-líderes do PDT, deputado Miro Teixeira, e do PSB, deputado Domingos Leonelli. Antes da reunião, o PMDB pretendia dar prioridade às negociações em torno do projeto de conversão devido às dificuldades para a inversão da pauta e para a rejeição por intermédio de voto secreto do voto presidencial. Mas os demais líderes insistiram na concentração prioritária de esforços para a rejeição do voto.

Apesar de dar prioridade à rejeição do voto, todas as lideranças oposicionistas se disseram abertas para a negociação com o Governo em torno da política salarial. Segundo o deputado Ibsen Pinheiro, "a dificuldade está no fato do Governo nos procurar para conversar, mas não ceder sequer um milímetro. A rigor, até agora não houve negociação, mas simplesmente conversa. Está na hora do Governo ceder".